

Reflexões sobre a solidariedade

Pat Walsh trabalha em Díli como Consultor de Justiça da Transição do Presidente Xanana Gusmão e do Secretariado Técnico Pos-CAVR. Em Novembro de 2006 deslocou-se à Austrália para colaborar na promoção do “Chega!”, o relatório da Comissão Verdade e Reconciliação de Timor-Leste (CAVR). A AETA aproveitou a oportunidade para o convidar a discursar a 28 de Novembro no jantar comemorativo da declaração de independência de Timor. Eis um sumário do discurso.

O objectivo desta festa é comemorar a declaração de independência de Timor-Leste em 1975. O relatório do CAVR “*Chega!*” não se manifestou sobre o significado da declaração ser ou não um acto genuíno de autodeterminação. Em vez disso, assumiu a posição adoptada pelas Nações Unidas, designadamente que Timor continuava a ser um território não autónomo sobre o qual Portugal detinha a responsabilidade residual até Agosto de 1999 quando o povo exerceu abertamente o seu direito à autodeterminação reconhecido internacionalmente, de acordo com os princípios internacionais e optou livremente pela separação da Indonésia. Com o tempo tal como regista o “*Chega!*”, essa foi também a posição adoptada inteligentemente pela FRETILIN, se bem que, realisticamente o tenha feito em seu benefício.

Esta reviravolta política foi fundamental para o desenvolvimento do movimento de solidariedade porque etiquetou a luta como um problema internacional de direitos humanos, mais do que uma luta puramente para apoiar determinado partido político e ideologia.

Com isto, a questão foi despolitizada e, com o tempo, possibilitou que uma ampla diversidade de apoiantes expressasse em princípio a sua solidariedade. A comemoração de hoje é uma boa oportunidade para recordar a contribuição fundamental da sociedade civil internacional para a eventual concretização da independência de Timor e para salientar o papel continuado da sociedade civil e o seu contributo para a construção do Estado timorense.

O empenhamento da sociedade civil está a ser analisado hoje como o foi durante a longa luta pela auto-determinação. É preciso que haja, hoje, um contacto duradouro tal como aconteceu no passado.

O contributo da sociedade civil para a independência está, de facto, confirmado detalhadamente no *Chega!*, lançado há dias em diversos centros da Austrália e lançado hoje em Camberra e em Westminster, Londres.

Embora incompleto, o documento constitui o maior relatório feito até hoje, da “notável prenda de solidariedade” da sociedade civil global a Timor-Leste. É desejável que os leitores não se sintam desencorajados com a extensão do Relatório. Muitas secções, tal como 30 páginas sobre a sociedade civil internacional (que inclui a explanação do envolvimento da sociedade civil indonésia), podem ser lidos isoladamente.

A natureza desta solidariedade na Austrália mudou através dos anos. Como se disse, originalmente era ampla e ideologicamente dirigida e associada à FRETILIN.

No livro “O último voo de Díli”, David Scott reflecte sobre isso.

Hoje, e de forma extraordinária na Austrália, há a existência de um fenómeno maior que abrange um leque de parcerias nas duas sociedades e inclui negócios, profissionais e governos locais e nacionais.

Este é um modelo excelente que outros países que apoiaram historicamente Timor poderiam avaliar e, possivelmente, adoptar.

Garante a diversidade de estímulos que a construção do Estado de Timor requer e é um recurso extraordinário *offshore* tão precioso como a riqueza do mar de Timor.

Nada deve ser permitido que afaste ou diminua esta solidariedade.

Grupos de solidariedade como a AETA participam neste movimento e contribuem com coordenação, recursos e registos institucionais.

Contudo, impõe-se uma palavra de aviso. As organizações com experiência anterior de direitos humanos em Timor não deveriam ser consideradas ultrapassadas.

Ainda existe uma necessidade de ajuda importante na monitorização e defesa dos direitos humanos, principalmente em relação à consciência e responsabilização interna em Timor.

Este trabalho também é um contributo par a construção da Nação. É deplorável que organizações importantes como o são a Amnistia Internacional e o Observatório de Direitos Humanos tenham retirado Timor-Leste das suas agendas.

Grupos com motivação partidária devem também continuar as parcerias para assegurar que os partidos políticos de Timor, novos ou velhos, adoptem políticas saudáveis e efectivas, quer estejam no Governo, quer na oposição.

Neste estádio embrionário, a sua saúde política e organizativa é crucial para o desenvolvimento da nossa nova democracia.

Esta confiança na sociedade civil levou-nos a lançar o “Chega”! não só em Camberra mas também noutros centros na Austrália.

A experiência de outras comissões de verdade é a de que a maioria dos governos não lêem os relatórios das suas comissões e só muito lentamente implementam as suas recomendações, se é que o fazem!

Esse é o caso de Timor-Leste, embora o compromisso recente do Primeiro-Ministro Horta no sentido de verificar se o seu governo e o Parlamento implementam tantas recomendações do *Chega!*, quanto possível, seja motivo de esperança.

Finalmente, o destino do *Chega!*, dependerá muito do empenho ou não, tanto da sociedade civil local, como da internacional.

Como relatório de crimes contra a humanidade, a preocupação sobre o seu conteúdo é universal e é essencial não só para Timor-Leste como também para o desenvolvimento da Indonésia e da comunidade internacional.

A maioria dos timorenses e dos seus amigos internacionais ficaram desolados e descontentes com os acontecimentos de 2006. Embora a crise tenha aprofundado e não enfraquecido a solidariedade, e após sete anos de participação intensa, é justo que se pergunte, hipoteticamente, porque deveria manter-se este empenho e esperar, especialmente do Governo timorense, algumas respostas honestas.

Pessoalmente, a minha mulher, Annie Keogh, que trabalha no sector da formação profissional apoiada pela VU e pelo Governo de Bracks, e eu temos cinco razões para continuar.

Primeiro, solidariedade humana. Este é um momento para a solidariedade com amigos em apuros, famílias e colegas, não para o afastamento.

Segundo, não há necessidade de partir. Apesar da violência doentia e desvairada, o problema está, sobretudo, confinado a Díli e é entre timorenses. Os internacionais, chineses, indonésios, os ricos, os membros de outras religiões e outros tantos, não são os alvos, embora tenha havido isoladamente alguns incidentes trágicos. Díli, não é Bagdad, nem de longe.

Terceiro, permanecer cria confiança. Os timorenses perderam a confiança nas suas instituições, nos líderes, nos vizinhos e neles próprios. É importante que se possa mostrar acreditar e ter confiança ao continuar a viver com a vizinhança e trabalhar numa sua instituição. Isto também é verdade a um nível dilatado.

Uns tempos depois da rendição, a maioria pacífica está agora a reajustar-se, encorajada pela garantia da renovada ONU, a presença da segurança internacional e a continuação do governo liderado pelo Primeiro-Ministro Horta.

Muitos exemplos positivos poderiam ser dados para ilustrar o aparecimento de um novo espírito empenhado na unidade em vez da divisão e na paz em vez da violência.

Quarto, o projecto Timor não fracassou. A situação é precária e frágil e as grandíssimas mudanças, especialmente na prática da Justiça e nas oportunidades económicas, estão ainda longe, mas Timor não é um Estado falhado.

Ao processo constitucional seguiram-se as exigências de decisões rápidas extra-constitucionais que não têm sido observadas; a Presidência, o Governo e o Parlamento funcionam; existem recursos financeiros; As eleições programadas estão a ser planeadas; as repartições públicas foram reactivadas: o despertador da crise foi escutado pelo Presidente, pelo Primeiro-Ministro e tanto as Nações Unidas como o Banco Mundial reconhecem agora que as coisas não estavam a avançar como acreditavam.

Por seu lado, o Primeiro-Ministro Horta, que anteriormente tinha desvalorizado o *Chega!*, deu-lhe uma segunda vista de olhos e reconhece agora publicamente que é urgente implementar as suas recomendações no que é fundamental na construção do Estado como a responsabilidade, regulação da lei, a não violência, os direitos humanos, um Governo efectivo e a estrita neutralidade das agências de segurança. No entanto, se alguém puder julgar através das suas observações públicas, a FRETILIN parece não ter escutado o despertador. Como maioritários, deveriam ser menos defensivos e teóricos da conspiração, o que contribui para que se sintam cercados por inimigos quando deveriam utilizar os seus bons ofícios de forma mais construtiva.

Quinto, é possível fazê-lo. Numa visita recente a Irlanda, um país destroçado pelo colonialismo, pobreza e conflitos, deparámo-nos com a sua prosperidade e o facto é que o partido Fianna Fail, equivalente da FRETILIN, esteve no poder durante quase toda a vida da República e dirigiu o seu recente e excepcional crescimento. Brunei, mais próximo de casa, é um enclave com fronteiras com a Malásia e a Indonésia, conseguiu a sua independência em 1978 e possui a metade da população de Timor-Leste. O seu desenvolvimento é notável.

Solidariedade significa ser sólido, firme, estável e dependente, particularmente quando as coisas correm mal. A crise deste ano trouxe-nos de volta ao básico e desafia-nos a pensar profundamente sobre o nosso compromisso e a sua essência. Os colegas timorenses estão preocupados com o impacto internacional da crise. Eles deveriam saber que, tal como antes da independência, a sociedade civil irá acompanhá-los por muito tempo.

Pat Walsh talk summary 28.11.06